



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 014/2023

Número de referência: CGE-PRC-2022/00409 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Social

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamento sobre pagamento do benefício do programa bolsa trabalho. Demanda adequadamente atendida. Pedido não é objeto da LAI. Não conhecimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 014/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei de Acesso à Informação – LAI, o órgão prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes. Em recurso, o requerente reiterou o pedido inicial e o órgão respondeu ao interessado que: *"Em relação ao pagamento, o benefício foi depositado no cartão final 1404 que se encontra inapto. O valor foi estornado e será creditado no novo cartão, final 9578 que já está desbloqueado. A previsão é que a transferência ocorra até o final desta semana."* Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente esclareceu que: *"Uma nova via foi emitida ao beneficiário, final 9578, na qual já está desbloqueada e na posse do beneficiário. A parcela creditada no cartão extraviado foi estornada e transferida, no mês de agosto para o novo cartão do beneficiário. O valor inclusive já foi sacado. Deste modo, não há pendências do programa Bolsa-Trabalho acerca do beneficiário em questão"*.
4. No caso em apreço, observa-se que não foi realizado um pedido com base na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Nesse sentido, cabe esclarecer que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública Estadual, conforme disposto no artigo 7º da referida LAI.
5. Cabe salientar que a Controladoria Geral do Estado, acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, no sentido de que *"a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato"*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

6. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015, com alterações posteriores.
7. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público